

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Brasileira.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE	9.472	1.159	3.339	CIRCULANTE	24.998	15.842	5.596
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	12	839	17	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15c)	15	4.455	5.432
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	5.345	153	2.058	Dividendos a Pagar (Nota 9c)	24.901	11.312	160
Dividendos a Receber (Nota 14)	176	-	-	Outras Obrigações	82	75	4
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b)	3.939	157	1.264	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	254.974	189.259	188.504
Outros Créditos	-	10	-	Capital Social:			
NÃO CIRCULANTE	270.500	203.942	190.761	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	167.000	102.000	76.185
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	27	203.942	190.761	Reservas de Lucros (Nota 9b)	87.974	87.259	112.319
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15b)	27	7	1				
Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito (Nota 6)	-	203.935	190.760				
INVESTIMENTOS (Nota 8b)	270.473	-	-				
TOTAL	279.972	205.101	194.100	TOTAL	279.972	205.101	194.100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	20.126	18.633
Receitas Financeiras (Nota 10)	16.658	18.633
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8a)	3.463	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 11)	5	-
DESPESAS OPERACIONAIS	231	591
Despesas Tributárias	1	1
Despesas Financeiras (Nota 12)	70	7
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	160	583
RESULTADO OPERACIONAL	19.895	18.042
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.895	18.042
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(5.591)	(6.135)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.304	11.907
Média ponderada de ações atribuídas aos acionistas	32.176.492	31.258.620
Lucro básico por ação ordinária (expresso em R\$ por ação)	0,44	0,38

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	19.895	18.042
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	(3.404)	4
Reversão de Provisões	(5)	-
Resultado de Participações em Coligadas	(3.463)	-
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	64	7
Outros	-	(3)
Lucro Líquido Ajustado	16.491	18.046
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação	(5.192)	1.905
Redução (Aumento) Empréstimos e Adiantamentos à Instituições de Crédito	203.935	(13.175)
Aumento em Outros Ativos	(3.967)	1.091
Aumento em Outras Obrigações	7	71
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.762)	(5.796)
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados	(4.154)	(1.320)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	201.358	822
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(267.185)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(267.185)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	65.000	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos (Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	65.000	-
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(827)	822
Início do Período	839	17
Fim do Período	12	839
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(827)	822

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 01.01.2009	76.185	8.771	103.548	-	188.504
Aumento do Capital Social por					
Subscrição	160	-	-	-	160
Aumento do Capital Social com					
Reserva	25.655	-	(25.655)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	11.907	11.907
Destinações: - Reservas	-	595	-	(595)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,36 por lote de mil ações)	-	-	-	(11.312)	(11.312)
Saldos em 31.12.2009	102.000	9.366	77.893	-	189.259
Aumento do Capital Social por					
Subscrição	65.000	-	-	-	65.000
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	14.304	14.304
Destinações: - Reservas	-	715	-	(715)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,32 por lote de mil ações)	-	-	-	(13.589)	(13.589)
Saldos em 31.12.2010	167.000	10.081	77.893	-	254.974

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	5	-	-	-
1.1) Outras Receitas	5	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(195)	(1,0)	(560)	(3,1)
Serviços de Terceiros	(17)	(0,1)	(7)	-
Outros	(178)	(0,9)	(553)	(3,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(190)	(1,0)	(560)	(3,1)
4 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(190)	(1,0)	(560)	(3,1)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	20.121	101,0	18.633	103,1
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.463	17,4	-	-
Receitas Financeiras	16.658	83,6	18.633	103,1
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	19.931	100,0	18.073	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	19.931	100,0	18.073	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	5.627	28,2	6.166	34,1
Federais	5.626	28,2	6.165	34,1
Estaduais	1	-	1	-
Municipais	-	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	-	-
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	14.304	71,8	11.907	65,9
Dividendos	13.589	68,2	11.312	62,6
Lucros Retidos	715	3,6	595	3,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista.

A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pela adoção dos CPCs não produziram efeitos relevantes que pudessem mudar a posição demonstrada no encerramento do exercício de 2009.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/07, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

a.2) Ativos financeiros mantidos para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Continua...

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

2.5) Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

a.2) Passivos financeiros mantidos para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Investimento em Controlada

São classificadas como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.7.1) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a valores a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados aos valores a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original dos valores a receber.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e à outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	12	839	17
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	12	839	17

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se a operações compromissadas com lastros em debêntures no montante de R\$ 203.935 em 31.12.2009 (01.01.2009 - R\$ 190.760).

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa a aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros no montante de R\$ 5.345 (2009 - R\$ 153 e 01.01.2009 - R\$ 2.058). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 3.463.

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patri-mônio Líquido Ajustado	Resul-tado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Partici-pação no Capital Social - %	Investi-mentos 31.12.2010	Ajuste Decor-rente de Avaliação 31.12.2010
				ON	PN			
Andorra Holdings S.A. (1) (2)	120.628	415.155	40.222	147.807	-	45,99	190.936	3.463
Ágio - Andorra Holdings S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	79.537	-
Total							270.473	3.463

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Empresa adquirida em novembro de 2010, através de aumento de capital social mediante ao pagamento de R\$ 267.185 referente a aquisição de 147.807.427 ações ordinárias de emissão da Andorra Holdings S.A.; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Companhia Andorra Holdings S.A.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias.....	41.998.035	31.283.624	31.258.620
Total	41.998.035	31.283.624	31.258.620

A Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 18.815, elevando-o de R\$ 76.185 para R\$ 95.000, mediante a capitalização de parte de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", sem emissão de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 6.840, elevando-o de R\$ 95.000 para R\$ 101.840, mediante a capitalização de parte de saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", sem emissão de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 160, elevando-o de R\$ 101.840 para R\$ 102.000, mediante a emissão de 25.004 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 6,386631920 por ação.

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de novembro de 2010 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000, elevando-o de R\$ 102.000 para R\$ 167.000, mediante a emissão de 10.714.411 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 6,066595655 por ação.

b) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de Lucros	87.974	87.259	112.319
Reserva Legal (1).....	10.081	9.366	8.771
Reserva Estatutária (2)	77.893	77.893	103.548

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro Líquido do Exercício.....	14.304		11.907	
Reserva Legal	(715)		(595)	
Base de Cálculo.....	13.589		11.312	
Dividendos Propostos (2).....	13.589	100,0	11.312	100,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) De acordo com as determinações dos acionistas controladores foram apurados dividendos relativos ao exercício de 2010 no montante de R\$ 13.589 (2009 - R\$ 11.312) registrados na conta de dividendos a pagar.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento.....	445	131
Rendimento de operações compromissadas com lastro em Debêntures.....	16.206	18.502
Juros Ativos (Impostos a Recuperar)	7	-
Total	16.658	18.633

11) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais no montante de R\$ 5 refere-se à reversão de provisão com contas a pagar.

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos.....	70	7
Total	70	7

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços de Terceiros	17	4
Contribuição Sindical Patronal.....	35	30
Doações	-	400
Editais e Publicações	104	146
Outras Gerais e Administrativas.....	4	3
Total	160	583

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:						
Banco Bradesco S.A.	12	-	839	-	17	-
Certificado de Depósito Bancário						
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	-	2.237
Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures:						
Bradesco Bradesco S.A.	-	16.206	203.935	18.502	190.760	19.375
Dividendos a Receber:						
Andorra Holdings S.A.	176	-	-	-	-	-
Dividendos a Pagar:						
Banco Alvorada S.A.	(9.700)	-	(3.241)	-	(46)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(3.052)	-	(1.621)	-	(23)	-
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	-	(1.624)	-	(23)	-
Banco Bradesco S.A. C.V.T.M. ...	(9.090)	-	(4.826)	-	(68)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	19.895	18.042
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(6.764)	(6.134)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	1.177	-
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(28)	(20)
Outros valores	24	19
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(5.591)	(6.135)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 3.966 (31.12.2009 - R\$ 164 e 01.01.2009 - R\$ 1.265), referem-se, substancialmente, a imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 3.939 (31.12.2009 - R\$ 157 e 01.01.2009 - R\$ 937).

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher no montante de R\$ 15 (31.12.2009 - R\$ 4.455 e 01.01.2009 - R\$ 5.432), referem-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 10 (31.12.2009 - R\$ 4.363 e 01.01.2009 - R\$ 5.282) e Contribuição Social, no montante de R\$ 5 (31.12.2009 - R\$ 92 e 01.01.2009 - R\$ 150).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Empresa, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati - Contador - CRC 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Miramar Holdings S.A.

1. Revisamos o balanço patrimonial da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2010



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existirem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	12	839	17
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	12	839	17

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se a operações compromissadas com lastros em debêntures no montante de R\$ 203.935 em 31.12.2009 (01.01.2009 - R\$ 190.760).

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa a aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros no montante de R\$ 5.345 (2009 – R\$ 153 e 01.01.2009 – R\$ 2.058). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado de R\$ 3.463.

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos	Ajuste Decorrente de Avaliação
				ON	PN			
Andorra Holdings S.A. (1) (2)....	120.628	415.155	40.222	147.807	-	45,99	190.936	3.463
Ágio – Andorra Holdings S.A. (3)	-	-	-	-	-	-	79.537	-
Total							270.473	3.463

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Empresa adquirida em novembro de 2010, através de aumento de capital social mediante ao pagamento de R\$ 267.185 referente a aquisição de 147.807.427 ações ordinárias de emissão da Andorra Holdings S.A.; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Companhia Andorra Holdings S.A.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias	41.998.035	31.283.624	31.258.620
Total	41.998.035	31.283.624	31.258.620

A Assembleia Geral Extraordinária de 03 de abril de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 18.815, elevando-o de R\$ 76.185 para R\$ 95.000, mediante a capitalização de parte de saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária", sem emissão de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 6.840, elevando-o de R\$ 95.000 para R\$ 101.840, mediante a capitalização de parte de saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária", sem emissão de ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2009 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 160, elevando-o de R\$ 101.840 para R\$ 102.000, mediante a emissão de 25.004 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 6,386631920 por ação.

A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de novembro de 2010 deliberou o aumento do Capital Social no valor de R\$ 65.000, elevando-o de R\$ 102.000 para R\$ 167.000, mediante a emissão de 10.714.411 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal ao preço de R\$ 6,066595655 por ação.

b) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reservas de Lucros	87.974	87.259	112.319
Reserva Legal (1)	10.081	9.366	8.771
Reserva Estatutária (2)	77.893	77.893	103.548

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	14.304		11.907	
Reserva Legal	(715)		(595)	
Base de Cálculo	13.589		11.312	
Dividendos Propostos (2)	13.589	100,0	11.312	100,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo; e

(2) De acordo com as determinações dos acionistas controladores foram apurados dividendos relativos ao exercício de 2010 no montante de R\$ 13.589 (2009 - R\$ 11.312) registrados na conta de dividendos a pagar.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações Financeiras em Fundos de Investimento	445	131
Rendimento de operações compromissadas com lastro em Debêntures	16.206	18.502
Juros Ativos (Impostos a Recuperar)	7	-
Total	16.658	18.633

11) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais no montante de R\$ 5 refere-se à reversão de provisão com contas a pagar.

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Juros Passivos	70	7
Total	70	7

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços de Terceiros	17	4
Contribuição Sindical Patronal	35	30
Doações	-	400
Editais e Publicações	104	146
Outras Gerais e Administrativas	4	3
Total	160	583

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:						
Banco Bradesco S.A.	12	-	839	-	17	-
Certificado de Depósito Bancário						
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	-	-	2.237
Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures:						
Bradesco Bradesco S.A.	-	16.206	203.935	18.502	190.760	19.375
Dividendos a Receber:						
Andorra Holdings S.A.	176	-	-	-	-	-
Dividendos a Pagar:						
Banco Alvorada S.A.	(9.700)	-	(3.241)	-	(46)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(3.052)	-	(1.621)	-	(23)	-
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	-	(1.624)	-	(23)	-
Banco Bradesco S.A. C.V.T.M.	(9.090)	-	(4.826)	-	(68)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	19.895	18.042
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(6.764)	(6.134)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.177	-
Despesas e provisões indedutíveis liquidas das receitas não tributáveis	(28)	(20)
Outros valores	24	19
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(5.591)	(6.133)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 3.966 (31.12.2009 – R\$ 164 e 01.01.2009 – R\$ 1.265), referem-se, substancialmente, a imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 3.939 (31.12.2009 - R\$ 157 e 01.01.2009 – R\$ 937).

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Impostos e Contribuições a Recolher no montante de R\$ 15 (31.12.2009 – R\$ 4.455 e 01.01.2009 – R\$ 5.432), referem-se a Imposto de Renda no montante de R\$ 10 (31.12.2009 – R\$ 4.363 e 01.01.2009 – R\$ 5.282) e Contribuição Social, no montante de R\$ 5 (31.12.2009 – R\$ 92 e 01.01.2009 – R\$ 150).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Empresa, em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.
- b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.
- c) Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1 de janeiro de 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

Miramar Holdings S.A.

1. Revisamos o balanço patrimonial da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis acima referidas não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2010

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Lúis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1